

**NEM INFERNO, NEM  
PARAÍSO:  
esfera pública e a  
construção de um  
conceito de Amazônia  
(1930-1937)**

NOT HELL, NOR PARADISE:  
public sphere and the construction  
of a concept of Amazonia

NO INFIERNO, NI PARAÍSO:  
esfera pública y la construcción de  
un concepto de Amazonia

**Luís Francisco Munaro<sup>1, 2</sup>**

## RESUMO

A proposta deste artigo é estudar a contribuição literária de um grupo de intelectuais manauaras durante os anos de construção nacional no Governo Provisório e no Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1930-1937). Foram selecionados seis nomes que participaram mais ativamente da esfera pública amazônica: Aurélio Pinheiro, Anísio Jobim, Araújo Lima, Carlos Mesquita, Ramayana Chevalier e Arhur Reis, todos homens de imprensa com ativo trânsito

---

<sup>1</sup>Doutor em História Moderna pela UFF (Niteroi - RJ), mestre em Jornalismo pela UFSC (Florianópolis - SC), graduado em Jornalismo pela UNICENTRO (Guarapuava - PR) e em História pela UNICENTRO (Guarapuava - PR). Atualmente, é professor adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima. Pesquisa História da Imprensa/História do Jornalismo, História Moderna e História amazônica. Coordenador do projeto de pesquisa Imprensa e Modernidade na Amazônia (Edital Universal - Cnpq A 2015-2016). Leciona disciplinas de História Amazônica, História do Jornalismo, Iniciação à Pesquisa Científica, Metodologias da Pesquisa em Comunicação e Leitura e Produção de Texto. Integra os grupos de pesquisa Linguagem, Cultura e Tecnologia (UFRR) e Ama[Z]oom Observatório Cultural da Amazônia e Caribe (UFRR). Coordenador regional Norte da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR). E-mail: [luismunaro@yahoo.com.br](mailto:luismunaro@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Endereço de contato do autor (por correspondência): Universidade Federal de Roraima, Av. Ene Garcez, Aeroporto, CEP: 69304000 - Boa Vista, RR - Brasil.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v5n4p412>

nos jornais e produção de livros. Do ponto de vista da análise textual, pretende-se entender como estes autores ponderaram a identidade regional e negociaram a filiação da região no projeto nacional, tratando a Amazônia como um termo relevante do ponto de vista social e político, orientado para o presente e com componente de planejamento futuro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Elite intelectual; Amazonia; Esfera Pública; Manaus; Getúlio Vargas.

#### **ABSTRACT**

The proposal of this article is to study the literary and journalistic contribution of a group of Manauara intellectuals during the years of national construction in the Provisional Government and in the Constitutional Government of Getúlio Vargas (1930-1937). Six names that participated more actively in the Amazon public sphere were chosen: Aurélio Pinheiro, Anísio Jobim, Araújo Lima, Carlos Mesquita, Ramayana Chevalier and Arhur Reis, all of them press men with active traffic in the newspapers. From the point of view of the textual analysis, we intend to understand how these authors pondered the regional identity and negotiated the affiliation of the region in the national project, treating the Amazon as a relevant term from the social and political point of view, oriented to the present and with planning component.

**KEYWORDS:** Intellectual Elite; Amazonia; Public Sphere; Manaus; Getulio Vargas.

#### **RESUMEN**

La propuesta de este artículo es estudiar la contribución literaria y periodística de un grupo de intelectuales manauaras durante los años de construcción nacional en el Gobierno Provisional y en el Gobierno Constitucional de Getúlio Vargas (1930-1937). Se seleccionaron seis nombres que participaron más activamente en la esfera pública amazónica: Aurelio Pinheiro, Anísio Jobim, Araújo Lima, Carlos Mesquita, Ramayana Chevalier y Arhur Reis, todos ellos



# revista Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 5, n. 4, Julho-Setembro. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v5n4p412>

hombres de prensa con activo tránsito en los periódicos. Desde el punto de vista del análisis textual, se pretende entender cómo estos autores ponderaron la identidad regional y negociaron la filiación de la región en el proyecto nacional, tratando a la Amazonia como un término relevante desde el punto de vista social y político, orientado hacia el presente y con componente de planificación futura.

**PALABRAS CLAVE:** Elite intelectual; Amazônia; Esfera Pública; Manaus; Getúlio Vargas.

Recebido em: 23.02.2019. Aceito em: 19.05.2019. Publicado em: 01.07.2019.

## **Introdução**

A proposta deste artigo é compreender a construção do sentido social e cultural da Amazônia entre as elites intelectuais de Manaus nos anos do Governo Provisório e do Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1930-1937). Busca-se entender como as tradições infernista e edenista foram recuperadas e transformadas para melhor se adequarem a determinados projetos políticos, supondo que a intenção de Getúlio Vargas em favorecer uma intelligentsia vinculada à consolidação da nação brasileira teve grande impacto entre os letrados amazônicos. Eles intensificaram, no período e subsequentemente durante o Estado Novo, a reunião de experiências, relatos e narrativas sobre a formação da região e seu papel na composição do Brasil. São produções antropológicas, narrativas históricas, crônicas do sertão gradativamente mais inclinadas à geografia humana em detrimento de visões biologicamente determinadas sobre a raça.

O percurso que adotamos para conduzir este estudo consistiu, em primeiro lugar, no mapeamento dos intelectuais que contribuíram mais ativamente na produção de livros ou jornais durante o período recortado. Compôs-se, a partir disso, um quadro com aproximadamente cem nomes cuja participação na imprensa aconteceu na primeira metade do século XX (este quadro será exposto em um estudo futuro). A imprensa neste quadro é caracterizada pela produção de livros, panfletos e jornais no contexto de fortalecimento de uma esfera pública literária. Como sugeriu Habermas, a esfera pública é concebida como uma esfera de pessoas privadas reunidas enquanto público. Elas reivindicaram que essa "esfera pública fosse regulada como se estivesse acima das próprias autoridades públicas, de forma a incluí-las num

debate sobre as regras gerais que governam as relações da esfera da troca de bens e de trabalho social basicamente privatizada e publicamente relevante” (Apud SILVA, 2001, p. 118).

No caso de Manaus, a participação dos intelectuais está bastante limitada pelas coerções institucionais da vida política. Salvo raras exceções, como de praxe acontecia no Brasil da primeira república estudado por Sérgio Miceli (2001), a carreira intelectual era percebida como uma via de acesso ao mundo político e raramente o intelectual se emancipava da estrutura de poder oligárquica que ainda hoje orienta a vida política regional. Mesmo assim, as condições materiais para a emergência de uma esfera relativamente autônoma de produção cultural, com jornais e revistas financiadas por subscrição ou patrocínio, propiciaram a elaboração do intelectual como protagonista político.

A partir dos nomes de participantes elencados, buscou-se aqueles cuja presença pareceu ser mais constante durante os sete primeiros anos do primeiro governo de Getúlio Vargas, tanto no que concerne à produção de livros quanto à publicação em jornais e menções de outros intelectuais. Foram eles Aurélio Pinheiro, Anísio Jobim, Araújo Lima, Carlos Mesquita, Ramayana Chevalier e Arhur Reis, todos literatos com ativa interlocução em jornais ou livros destinados ao debate público sobre os rumos da política regional, ou da significação da Amazônia no seio da nação brasileira. De forma apenas introdutória, dado o espaço limitado do artigo, serão analisadas, por meio destes autores, algumas das ideias que circularam nesta esfera pública e tematizaram a Amazônia, ou buscaram instaurar sentidos sobre a ocupação do território amazônico pela cultura. Trata-se de pensar como estes autores se vincularam e recuperaram a tradição amazônica dando-lhe um contorno inteiramente particular no contexto da construção nacional. Serão secundários,

nesse sentido, condicionantes econômicos, sociais ou políticos, muito embora o vínculo umbilical entre a atividade literária e a esfera política esteja sempre evidenciado. Este esforço se encadeia na direção de pensar a forma específica como o amazônico, cuja imaginação atravessou os jornais, pondera a sua própria identidade e negocia a sua filiação ao projeto de nação brasileira.

O artigo foi organizado em três partes: uma primeira para explorar as narrativas nacionais no jornalismo e como a Amazônia, através de seus intelectuais, buscou se inserir nelas; uma segunda para identificar, em linhas gerais, alguns elementos do funcionamento da elite intelectual amazônica (nesse caso, especificamente na capital amazonense, Manaus); e uma terceira para investigar algumas das ideias que circularam mais ativamente nesta esfera pública tematizando a Amazônia. Este estudo parte da necessidade de compreender as formas de agremiação dos intelectuais e, a partir delas, as formas como eles reorganizam a história e assim orientam uma ação política comum. O processo de resignificação do termo, segundo Reinhardt Koselleck, é um aspecto fundamental da ação e da identidade política, sua investigação “revela um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social e originários do passado” (2006, p. 101). Nesse sentido, a contínua reconstrução do conceito de Amazônia ajuda a perceber como as elites letradas buscaram dar um estatuto para o homem regional – homem aqui atua como um tópos – situando-o no interior de uma ainda porosa nação.

### **Produzindo narrativas**

Na imprensa brasileira, ainda na década de 1830, eram raras as referências ao universo amazônico, sendo a maioria delas composta de notas extraídas de diários de viagens produzidos por estrangeiros. A partir de 1840, começou-se a falar mais explicitamente na necessidade de povoar os sertões, compreendidos aí também Goiás e o Mato Grosso, sobretudo com a ingerência de interesses ingleses no Norte do país. A Amazônia, ainda muito vaga no imaginário nacional, envolvia a questão da defesa das fronteiras e da soberania da nação num contexto internacional de disputas por território. Com o protagonismo norte-americano em 1850, as ideias liberais começaram a percorrer mais ativamente os periódicos, construindo-se um consenso sobre a navegação internacional nas águas do Rio Amazonas, liberação efetivada ao longo da década de 1860, com o predomínio político dos liberais no Parlamento. Em 1870, a região passou a ser apresentada como uma terra de promessa, uma espécie de celeiro nacional, conforme avançava o ciclo da borracha.

Em Manaus, que é o epicentro deste estudo, a primeira tipografia só foi instalada em 1850 com a criação da Província do Amazonas. Nesse mesmo ano, a vila ganhou o estatuto de capital e atraiu indivíduos de vários estados brasileiros, sobretudo do Rio de Janeiro, para compor uma nascente burocracia (DAOU, 2014). A abertura da navegação internacional do rio Amazonas e tributários em 1866 e o boom do comércio internacional da borracha favoreceram a ebulição da vida urbana em Manaus, com afluxo cada vez maior de estrangeiros e de migrantes internos, sobretudo nordestinos. Expandiram-se também as práticas mais sistemáticas de alfabetização que, em conjunto com o afluxo de migrantes letrados, potencializou a circulação de periódicos. É bom

lembrar que, na virada do século, em pleno auge do comércio da borracha, havia mais títulos de jornais em Manaus do que no Rio de Janeiro (PINHEIRO, 2015).

Dinamizou-se, com essa interiorização da ocupação, a concepção daquilo que era a Amazônia. Se, entre as elites paraenses da independência, a noção do regional estava bastante vinculada à causa política do Grão-Pará, ela passou a se expandir com a multiplicação das vilas interioranas. A ocupação crescente dos sertões tornou, já na década de 1830, a emancipação provincial uma reivindicação dos habitantes de Barcelos e do Lugar da Barra (posteriormente Manaus). Essa foi uma das pautas mais propagandeadas por Bento Tenreiro Aranha, deputado pelo Grão-Pará e, não por acaso, o primeiro governador da província do Amazonas. A ampliação e ocupação do espaço tornou o conceito Amazônia uma preocupação mais tangível, assim como o alcance de um denominador comum sobre quem era o construtor da região, qual a sua história e porque ela merecia um lugar na narrativa nacional.

Na imprensa regional dos anos da borracha, o clima era de euforia civilizatória (MUNARO, 2018; MUNARO, 2015). As inovações tecnológicas e ampliação dos espaços urbanos era festejada nas páginas dos jornais, desde Belém e Manaus até Itacoatiara e o Rio Branco. Entrevia-se, na virada do século XIX para o século XX, a consolidação de uma esfera pública relativamente expandida, conforme mais cidades se fortaleciam ao redor de intendências municipais capazes de importar máquinas tipográficas. Este foi um movimento onde elites intelectuais construíram narrativas sobre o povoamento dos sertões via os seus ainda modestos jornais: cada qual se vinculando à Amazônia ao mesmo tempo em que imaginando o seu espaço no Brasil. A fraternidade dos rios, a partir de cidades integradas pelo movimento dos vapores, orientava a



formação de um sentimento de pertencimento regional e da montagem de narrativas sobre a região (MUNARO, 2017).

Esta ampliada esfera pública começou um amplo exercício de reelaboração do conceito Amazônia através da seleção dos mitos, símbolos, panoramas e sobretudo das narrativas que daria corpo à ideia de região. Amazônia compreenderia, segundo estas elites intelectuais ainda embrionárias e intimamente vinculadas à atividade política, todo o drama da ocupação, a existência cultural em meio ao sertão, a difícil tarefa civilizatória numa imensa região *despovoada*. Mais tarde, a revista manauara *A Palavra* lamentaria estes gritos de regionalismo em meio à dificuldade de encontrar leitores, chamando a Amazônia uma “terra de letras mortas” (*A Palavra*, Junho de 1932, p. 1).

Num processo que se dá no olho da mente, as leituras começaram a fornecer argumentos para a compreensão da região (ANDERSON, 1989), narrativas que lentamente impregnaram a identidade coletiva do homem urbano. A vida urbana, o contágio do cosmopolitismo e a negação do “antigo mundo bárbaro” forneceram os principais argumentos para as elites intelectuais durante a euforia da borracha. Entre 1910 e 1930, a decadência do mercado regional da borracha criou um clima de pessimismo e sensação de abandono, aumentando as reivindicações com relação a auxílios pecuniários do poder central. Nos anos 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas, expandiu-se a burocracia estatal e o aparelho central nas periferias, sobretudo por meio do sistema de interventorias estaduais. O Brasil, pelo menos a sua parcela urbana, entrou num momento de autorreflexão com os questionamentos trazidos pelo modernismo, exemplarmente expostos na Semana de Arte Moderna de 1922. A questão nacional só poderia ser resolvida por meio da integração dos vários elementos da nação dispersos na cultura popular. A obra “Turista Aprendiz” de

Mário de Andrade (1927), um dos expoentes do movimento, demarca esta preocupação de integrar na brasilidade os cantos ainda inexplorados do extenso território. Como lembra Marcelo Paiva, intelectuais das mais diversas regiões começaram a reivindicar o tema moderno, fazendo “emergir diferenças e disputas internas a cada região” (PAIVA, 2010, p. 315).

Também para Getúlio Vargas, quando do início de seu governo, a construção de uma cultura intelectual capaz de sustentar a ideia de ordem, mas vista como fundamentalmente integração nacional por meio do trabalho, direcionou os seus esforços de montar uma intelligentsia. O dirigente buscou consolidar uma ideologia capaz de envolver as camadas populares identificada como trabalhismo, e que bem pode ser percebido como um movimento fundacional do nacionalismo brasileiro. Este movimento envolveu um gasto de energia ativo da autoridade central no convencimento das camadas populares, podendo-se mesmo dizer, como sugere Monica Velloso, que houve uma “inserção dos intelectuais no aparelho do Estado” e mesmo a construção de um “projeto político-pedagógico que visava ‘educar’ a coletividade segundo a ideologia do regime dirigido por Getúlio Vargas” (VELLOSO, 1997, p. 57). Como argumenta a autora, a intelectualidade dos anos 1930 e também dos anos 1940 abraçou a ideia de servir de voz para os destituídos ao mesmo tempo em que guia para a sua incorporação na nação. A palavra de ordem era a construção de uma imagem unitária de nação e a participação da população nas narrativas nacionais. Popularizou-se, no período, a ideia do intelectual pedagogo, líder do trabalhador incapacitado de se expressar por si mesmo.

A sociedade civil passou assim a ser identificada como um corpo fragmentado, disforme, que precisava se tornar coeso por meio da atividade intelectual, cultural, artística ou mesmo sindical orientada pelo Estado.

Evidentemente, as ações de propaganda de Getúlio Vargas encontraram amplo espaço nas atividades jornalísticas e literárias, inclusive aquelas que se difundiram na Amazônia. Cresceu a importância dos intelectuais e, conforme expandiu-se o Estado sobre a nação, a adesão das elites intelectuais regionais. A preocupação, na próxima parte do artigo, é identificar como esta elite se manifestou em Manaus, sincronizada com as preocupações nacionalistas de Getúlio Vargas.

### **Intelectuais em Manaus**

No caso amazonense, em geral o grupo de trabalhadores intelectuais não possuía um emprego estável na disseminação da cultura, precisando, na maior parte dos casos, de outros ofícios para sobreviver. Estes trabalhadores serão identificados, no espaço deste artigo, como *elite intelectual*. Os membros desta elite, em alguns casos, passaram pela atividade literária ou jornalística rapidamente, ambicionando outros cargos e funções, sobretudo na vida política ou no magistério. Eles se consideravam, na condição de intelectuais, como tendo responsabilidades de guiar a opinião pública e conectá-la ao destino nacional, ou então à construção da região, considerando que a palavra era um instrumento pedagógico capaz de conduzir ao progresso.

Esta elite, nas páginas dos jornais e em suas publicações bibliográficas, ajudou a fornecer um sentido para a história da Amazônia e dar um significado para o homem regional. Os elementos que compõem a identidade aparecem através de inúmeros aspectos: ao mesmo tempo em que incorporam o brasileiro, o construtor do Brasil, precisam recuperar e afirmar as qualidades do povoador regional. A afirmação das qualidades da terra aparece tanto na formação de um vocabulário próprio quanto na utilização do léxico dos

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v5n4p412>

habitantes tradicionais. Sintoma disso é o aparecimento, entre os intelectuais amazonenses, de estudos sobre folclore e voltados para a celebração da região, patentes por exemplo nas expressões amazonismo e glebarismo (MESQUITA, 1937). Quanto ao denominador regional, se solidificam na imprensa as expressões nortista, amazônico e amazônida. É fato que, no período, com as iniciativas mais sistemáticas de alfabetização promovidas por Getúlio Vargas, as cidades assistem a uma expansão do letramento e os jornais conseguem abrigar uma camada de letrados cada vez mais diversificada. As várias revistas que surgem, desde a década de 1920, também buscam por essa realidade regional: não apenas estudá-la, mas cravar sentidos sobre ela, definir seu estatuto e proteger a sua memória. Caso, como lembrado por Marcelo Paiva, das revistas *Redenção* e *Equador* (2010, p. 315), e na década de 1930, *Amazônida*, *Nação* e *Sintonia*. Trata-se do pensamento glebarista, voltado para a

exaltação ao regionalismo, expresso na literatura da 'caboclitude' de Álvaro Maia, na sociologia humanista de André Araújo, nos estudos de folclore amazonense de Mário Ypiranga Monteiro e na etnologia de Nunes Pereira, intelectuais preocupados não só em compreender os povos indígenas, mas principalmente o caboclo, representante da nova cultura da mestiçagem que se implanta no Brasil a partir dos anos 30 (COSTA, 2007, p. 275).

A partir da década de 1920, nestas narrativas, gradativamente se sobrepõe à descrição exaustiva da natureza, sob a forma habitual edênica ou infernal, o enfoque do homem tipicamente regional, resultado de todos os séculos de colonização e miscigenação. Vai surgindo, ainda sob a égide do cientificismo, a ideia de uma raça amazônica, que incorpora, aos poucos, preocupações sociais e culturais. Há fatores biológicos e climáticos, afirmam os intelectuais, mas eles podem ser vencidos pela ação da cultura. Neste caso, pelo

processo sistemático de alfabetização, como cantado em verso e prosa pela intelligentsia varguista. A obra de Arthur Reis, "História do Amazonas", de 1931, apresenta um protagonista heroico: o homem deixa de ser um pálido reflexo da natureza para se tornar, na forma do caboclo, do missionário português e do indígena autóctone, o protagonista do drama da ocupação. De elemento invisível e resignado, ele ascende à condição de herói da conquista.

Na construção deste estereótipo sobressai-se a reação do homem à presença esmagadora do sertão. A questão deveria ser refeita com base não na supremacia da natureza, mas nas formas de relação que se estabelece com a natureza na literatura definidora do conceito de Amazônia. No que concerne mais especificamente aos intelectuais, operamos, como dito de início, uma seleção daqueles cuja participação na imprensa transpareceu como mais significativa, muito embora não tenha havido nenhum critério sistemático para a escolha. Em geral, estes intelectuais, educados durante a República Velha, tinham nas Faculdades de Direito e de Medicina uma importante instância de importação e difusão da cultura intelectual europeia. Estas instituições serviam também como celeiro que supria a demanda de funcionários treinados para assumirem os postos parlamentares e os principais cargos administrativos, além de contribuir de forma primordial com os demais estamentos burocráticos. Segundo Sérgio Miceli (2001), a possibilidade de estes intelectuais virem a ocupar postos de destaque não dependia dos títulos ou diplomas, mas muito mais do capital adquirido nas redes de relações. As principais instâncias de formação e produção ideológica e cultural estavam ligadas à imprensa. Assim, o êxito das carreiras intelectuais dependia das estratégias ligadas às burocracias intelectuais, ou seja, nisto aparecem a grande imprensa, as instituições políticas (Assembleias locais e nacionais) e organizações partidárias (os partidos

políticos). A imprensa é percebida como um importante campo de treinamento. Uma análise atenta do grupo de intelectuais em Manaus revela como utilizaram o mercado editorial como plataforma de ascensão. Notabiliza-se, ao mesmo tempo em que a ideia da imprensa como um lugar de passagem, a noção de luta política como intrinsecamente dependente das oligarquias em conflito pela posse do poder.

Para entender um pouco melhor o funcionamento desta elite, a forma como o livro e o jornal se entrecruzaram e, por fim, suas principais ideias sobre o conceito de região e nação, selecionamos seis intelectuais que publicaram livros importantes e tiveram atuação na imprensa do período: Anísio Jobim, Araújo Lima, Carlos Mesquita, Ramayana Chevalier, Aurélio Pinheiro e Arhur Reis. Os jornais, os livros e a atividade política se entrecruzaram ativamente no percurso de suas vidas. Seus dados biográficos podem ser encontrados, como ponto de partida, no "Dicionário Biográfico" de Agnello Bittencourt (1973).

O primeiro deles, Anísio Jobim (1877-1971), nasceu em Anadia, Alagoas, bacharelou-se em Direito em Recife e migrou para o Amazonas onde se tornou juiz Municipal do Termo de Manacapuru. Em 1930, em Manaus, tornou-se figura presente na imprensa através dos jornais *O Jornal*, *Diário da Tarde* e *A Tarde*. Atuou na Procuradoria geral do Amazonas e foi Chefe de Polícia. Compôs os livros "Panoramas Amazônicos", "Intelectualidade no Extremo Norte", "O Amazonas sua História", "Aspectos socio-geográficos do Amazonas". Sua atividade política consiste no ingresso no Senado como suplente do potente político Alvaro Maia.

Araújo Lima (1884-1945) nasceu no Pará, cursou o Ginásio Pedro II em Manaus e graduou-se na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Ocupou a prefeitura de Manaus entre 1926 e 1929 e foi Deputado Federal em 1930. Ao

longo de sua trajetória, participou do jornal *O Amazonas* e se tornou membro da Academia Amazonense de Letras, publicando "Amazônia: a terra e o homem", "Dos culecídios", "Ensaio sobre hemolysinas", "Questão do Ensino Primário", "Capacidade de Testar", "Falsa Demência" e "Só a Educação transforma os povos".

Carlos Mesquita (1894-1949) nasceu em Manaus, cursou o primário no Instituto Amazonense e teve seus estudos não concluídos em engenharia na Inglaterra. Foi diretor do Ginásio Pedro II e atuou na Revista ilustrada *Amazonia*, nos vespertinos *O Dia*, *A Liberdade*, *A Nação*. Também foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e publicou livros sobre medicina e livros de crônicas (1937). Não foi mapeada atividade política a partir da análise de sua biografia. Portanto, trata-se, até aqui, de exceção. Sua coleção de crônicas jornalísticas intitulada *Glebarismo*, publicada em 1937, é fundamental para a compreensão da idealização de um homem regional.

Arthur Reis (1906-1993), curiosamente, foi ignorado pelo dicionário biográfico de Agnello Bittencourt. Segundo um dos seus biógrafos, Hélio Dantas, Arthur Reis possuía vínculos políticos privilegiados que lhe abriram caminho na imprensa e funcionalismo público (seu pai, Vicente Reis, foi proprietário do *Jornal do Comércio*). Arthur tornou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e compôs, a partir de 1931, obras importantes para a compreensão da região. A primeira delas, aqui em destaque, é "História do Amazonas", de 1931. Outra obra sua, "A política de Portugal no Vale Amazônico" (1947), ampliou o foco de análise para a Amazônia. A partir da década de 1940, um aspecto tornou-se constante em sua produção literária, a lusofilia, quer dizer, a valorização da contribuição portuguesa para a construção da Amazônia. Aspecto este que está intrinsecamente relacionado com a

condição desfavorável que a região vinha enfrentando desde o ocaso da economia da borracha, a partir de 1910. Arthur cursou o secundário no Ginásio Pedro II, foi Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas desde o início de sua juventude e redator da *Revista Amazonense* em 1923, dirigida por Álvaro Maia.

Aurélio Pinheiro (1882-1938) nasceu no Rio Grande do Norte e formou-se na Faculdade de Medicina de Salvador. Migrou para o Amazonas em 1830, indo clinicar em Parintins, mudando-se mais tarde para Manaus, onde colaborou em periódicos e escreveu livros como "Gleba Tumultuária", "À Margem do Amazonas" e "Cenas e Cenários do Amazonas".

Por fim, Ramayana de Chevalier (1909-1972) nasceu em Manaus, cursou seus estudos no Ginásio Pedro II e na Faculdade de Medicina da Bahia. Passou por diversos jornais, entre eles o *Jornal*, *Jornal do Comércio* e *A Gazeta*. Lecionou no Ginásio Pedro II e em faculdades de Odontologia e Direito e atuou como médico do exército. Contribuiu de forma ativa para jornais, estando entre seus livros "No Circo Sem Teto da Amazônia" (1935), "Fronteiras" (1940) e "O Discurso do Amazonas Moderno" (1951).

Tem-se aí um círculo de indivíduos que atuaram com bastante proximidade uns dos outros pela sua presença em espaços de socialização caros à época, como o Ginásio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas e a Academia Amazonense de Letras. Com exceção de Carlos Mesquita e Aurélio Pinheiro, todos os outros ingressaram na vida política. Três deles se formaram em faculdades de Medicina e dois em faculdades de Direito. Quatro, além disso, fizeram os estudos no Ginásio D. Pedro II. Cumpre agora, na parte final deste artigo, investigar algumas de suas ideias sobre a Amazônia constantes nos livros publicados durante o período recortado.



## **A Amazônia dos intelectuais**

Os intelectuais acima descritos tentaram arrazoar uma explicação para a ocupação da Amazônia por meio do homem tipicamente regional. Para tanto, produziram crônicas descritivas da vida no sertão (Ramayana Chevalier, Aurélio Pinheiro), explicações étnicas e raciais (Araújo Lima), históricas (Aurélio Pinheiro, Arthur Reis), bem como tentaram definir um quadro intelectual do Amazonas (Djalma Batista, Péricles de Moraes, Anísio Jobim) justificando a sua vida espiritual, ainda que ela seja uma “terra das letras mortas” dado o ainda precário índice de alfabetização. A espinha dorsal destes escritos é a busca pelo orgulho regional perdido com a débâcle da borracha. Parecem orientá-los duas ideias centrais: “há vida espiritual na Amazônia” e “o caboclo é o herói de uma terra saqueada”.

Estas ideias recuperam ou tentam reconstruir os relatos produzidos pelos viajantes que se apresentam, como lembra Neide Gondim (1994), ora na forma de uma visão edênica, alusiva à terra de promessa, fartura, povoada por encantos naturais e passível de ser fecundada pelo progresso, e por vezes na forma de visão infernal, onde prevalece a natureza esmagadora que tolhe e inutiliza qualquer forma de cultura. Na entrada do século XX, Alberto Rangel nomeou o seu livro com contos que descrevem a vida do caboclo tiranizado pela natureza nos sertões amazônicos como “Inferno Verde” (1908). Mais tarde, no contexto do imaginário modernista e da ideologia nacionalista que buscava reforçar os valores da nação, Carlos Mesquita corrigiu a expressão para “Paraíso Verde” (1937). Já para Araújo Lima, as duas formas de ver a Amazônia teriam mistificado a sua real dimensão. Ele sugere que “*essa terra não é inferno nem*

*paraíso*; não é terra misteriosa nem terra paradoxal: é simplesmente uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada” (LIMA, 1937, p. 101, grifos nossos):

Foi uma terra que atingiu a decrepitude em franca adolescência. O engenho destrutivo lesou-a em pleno período de juventude, malogrando-lhe o surto incipiente de potência geradora. Entrou em crise antes de perfeita formação. Decaiu antes de alcançar a maturidade. Envelheceu na plenitude da mocidade. É uma terra precocemente valetudinária...” (Ibid, p. 102).

No seio dessa terra jovem e lesada estaria o herói silencioso da ocupação, resultado da migração e da miscigenação, o caboclo. A ideia da miscigenação passava a ser vista com menor desconfiança pelas elites intelectuais, como se pode ver na obra magna de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala”, de 1933. Comentando a obra “Amazônia, A Terra e o Homem”, de Araújo Lima, Tristão de Ataíde sugere que ela tem como grande mérito reabilitar o *caboclo amazônico* “e toda a vasta riqueza de informações sobre a natureza e o homem do extremo norte” (Apud. LIMA, 1937, p. 14). Há na obra de Lima a tentativa de fornecer um pano de fundo científico para a interpretação da interação entre homem e meio natural, para além do determinismo geográfico de Euclides da Cunha em “A Margem da História” (1909). O autor se manifesta contra “as credices nas fatalidades geográficas” e, por meio da visão antropogeográfica de Friedrich Ratzel, manifesta-se fortemente a favor da hipótese de que os homens, produzindo cultura, vencem as limitações da geografia e modificam a terra: “A geografia não faz a história; mas não se lhe pode negar influência na evolução da humanidade” (LIMA, 1937, p. 39). Conforme se aperfeiçoam os homens, se anulam as limitações do meio físico. Limitações que, consoante as iniciativas sanitárias e educacionais de Getúlio Vargas, poderiam ser efetivamente sanadas (ANDRADE, 2007). Lima

recupera o exemplo do japonês, “elevado somente por fatores de educação”, sem descartar a terrível pressão do meio, atribuindo ao déficit nutritivo a “lassidão” do caboclo em meio ao sertão. Também esmagaria o homem o vício do sistema de produção, capaz de levar à superexploração do trabalhador pelo empreendimento capitalista. Como os demais, Araújo e Lima começa a ser influenciado pelas teorias comunistas e culpa a “economia destrutiva” pelo atraso da região (1937, p. 148). Tais tendências estão hipertrofiadas na obra de Ramayana de Chevalier, para quem a culpa primordial do atraso, mais do que do meio, é do sistema econômico. Chevalier descreve, por meio de suas crônicas inspiradas pelo naturalismo euclidiano, o drama do caboclo em meio ao sertão, como um herói inconsciente do processo civilizatório, protagonista num teatro onde ninguém mais senão o indígena ousaria estar. Com o romance social, desde Ferreira de Castro com “A Selva” (1929), o caboclo é introduzido como um elemento definidor da ocupação do território. Ao mesmo tempo em que descreve as agruras da vida no sertão, Ramayana condena o seringalista, o explorador, que exaure toda a vitalidade criativa do seu subordinado a o condena à apatia. Sua descrição é feita por meio de crônicas que misturam, como fará Alvaro Maia com “Gente dos Seringais” (1956), personagens fictícios e a dura realidade da sobrevivência no sertão. Assim, ele também esboça uma definição do sertanejo, misto de cearense e indígena, da seguinte forma: “existem aí, na escarpada realidade sociológica, individualizados e impressionantes, o mesmo traiçoeiro, o caboclo indomável e generoso, o cearense corajoso e puro, o deflorador apaixonado da jangla, e o bronzeado nativo da hileia, olhos rasgados de chinês, fronte larga de inca [...]” (1930, p. 71).

Mais do que um campo de lutas por sentido, estes textos parecem indicar para a busca de um pertencimento comum, pelo estabelecimento de uma

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v5n4p412>

tradição, de uma narrativa mais ou menos unitária capaz de dar conta da incorporação do homem regional e ativar o seu orgulho. Também o jornalista e professor Carlos Mesquita, em sua coleção de crônicas em jornais publicada sob o nome de “Glebarismo” (1937) buscou identificar quem é o povoador regional, chamado por ele de *amazonense*. Mesquita ainda está assentado no terreno da crônica urbana, mais simplória, menos brutal e dramática, saudoso do clima de *flânerie* dos jornalistas do começo do século que compunham suas peças no interior de igrejinhas intelectuais. Mas, mais uma vez, apresenta o homem regional como o herói da resistência contra a natureza e contra o esquecimento da República. Os amazonenses

são todos esses quinhentos mil habitantes que vivem nas avenidas de Manaus ou em luta heroica e tremenda contra as forças da natureza, perdidos pelo vasto interior amazônico, *longe da civilização, esquecidos dos poderes da República*, amazonenses são todos aqueles que amam verdadeiramente esta imensidão de águas e de florestas, este estupendo *celeiro* que há de abastecer, em futuro não remoto, esse gigante que é o Brasil; amazonenses são todos aqueles que se levantam quando o grandioso Amazonas é insultado pelo estrangeiro atrevido ou pelo patricio ignorante (MESQUITA, 1937, p. 6, grifos nossos).

Longe da civilização, o amazonense lutaria numa terra que, pela sua imensidão e riqueza, poderia se tornar um “celeiro”. Vai sendo consolidada uma mística da região como terra da promessa, mas terra negligenciada, ocupada de forma vil. O caboclo, no centro do drama da ocupação, viveria entre o instinto e a exploração e, mesmo sem tomar consciência disso, seria a tábua de sustentação de toda a sociedade amazônica. O principal teatro da ocupação da gleba, onde atua esse protagonista inconsciente, deixa de ser a cidade para se tornar o recôndito seringal. O médico Aurélio Pinheiro, que teve o privilégio de

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v5n4p412>

conhecer a fundo os sertões durante o desenvolvimento de suas atividades clínicas, apresentou o seringueiro no seringal como o tipo amazônico por excelência, tão original quanto o esquimó no gelo ou o beduíno no deserto. Num fragmento que parece incorporar de perto a herança de Euclides da Cunha, o sertanejo bravo que sobrevive sem saber, ao certo, com que razão, sugere que:

Só o Amazonas, nenhum mais, teria o privilégio de plasmar essa original personagem onde *desabrocham todos os instintos*, onde se entrecruzam a *maldade feroz* e a *comovente bondade*, e onde surgem simultaneamente a rudeza dos trogloditas e o equilíbrio do civilizado. Em verdade, o homem é a projeção física e moral da sua terra e do seu meio. Todas as causas geológicas, políticas, econômicas, vão lentamente formando a sua personalidade, e de tal modo e tão seguramente que se confundirão numa perpétua solidariedade (PINHEIRO, 1937, p. 20, grifos nossos).

No interior desse drama que intercala o instinto, a maldade e a bondade, “a natureza hostil e bruta foi ao mesmo tempo sua escola, sua tenda, seu hospital, sua praça de guerra, e sua impiedosa, tremenda aprendizagem de heroísmo” (PINHEIRO, 1937, p. 23). Pinheiro compõe um panorama pitoresco sobre a vida no sertão e nos seringais, considerados o coração da Amazônia. Há um deslocamento, nessa crônica social, dos valores europeus e cosmopolitas para valores autóctones, com alguma inspiração comunista ou social. Já na obra de Arthur Reis, que construiu uma interpretação de vulto sobre a história do Amazonas, também houve um esforço ativo em torno da seleção de elementos étnicos que entraram na composição da narrativa da região. Sua obra de 1931, “História do Amazonas”, faz parte desse jogo de adesão ou rejeição aos valores europeus, patente na escolha dos personagens e eventos que, simbolicamente, encarnariam o orgulho regional. A centralidade atribuída por Reis aos jesuítas, por exemplo, parece indicar a preocupação com a contribuição lusitana. Se, por

um lado, os missionários ajudaram a civilizar os indígenas, estes sempre foram ariscos às tentativas de escravizá-lo, reagindo com verdadeiro heroísmo contra a barbárie do colonizador – mais uma vez a palavra heroísmo e o jogo entre civilização e barbárie se repetem. Tomando como topônimo a figura indígena de Ajuricaba, Arthur Reis se refere a ele, de forma muito significativa, como o libertador do Amazonas:

Ajuricaba; que esse mesmo Ribeiro de Sampaio [ouvidor à época] proclamou 'um herói entre os índios', esperado, segundo a lenda, ainda hoje, entre os seus Manaus, para redenção da raça, foi, assim, um guerreiro ilustre, dos primeiros a batalhar pela liberdade da América. Este o título a que tem direito (1931, p. 102).

Como "primeiro indígena" a lutar pela libertação, Ajuricaba aparece sempre descrito em cores muito vivas, tornando-se um mito fundador da resistência do homem regional contra a pressão da escravidão e de uma civilização que carrega no seu interior a barbárie. Na obra histórica de Anísio Jobim, escrita mais tarde, Ajuricaba reaparece como um guerreiro contra o imperialismo lusitano:

Rebelde à mordaza lusa, refratário à pressão exercida pela mão compressora do ibero, indisciplinado e arrogante, tendo por cenário colorido a rede de rios sonoros de Hileia e a massa verde e azul da floresta infinita, Ajuricaba ia ter a palma do martírio como um protesto de sua raça excruciada. O ímpeto bravo do guerreiro e a sua altanaria nativa levaram-no de logo a tomar a defesa de seus irmãos escravizados por europeus e sertanistas, e perseguidos e vitimados, se resistiam (JOBIM, 1957, p. 130).

Em 1938, ao fazer um balanço sobre a produção intelectual amazônica e comentar o estado das suas letras, Djalma Batista elenca os vários méritos intelectuais dessa terra jovem, sua preocupação com o cultivo do espírito, bem

como os capítulos históricos extraordinários que nela tiveram lugar. O seu caráter de promessa reside no fato de ser “a terra mais nova do planeta”, “a menos conhecida das regiões da Terra”, capaz de romper todos os postulados conhecidos pelas ciências naturais dado o seu caráter ainda errático. Tratar-se-ia, portanto, da mais enigmática região brasileira, já que em sua história estariam os capítulos mais extraordinários, tais como “a confederação ameríndia de Ajuricaba, a Cabanagem, a conquista do Acre e o ciclo do ouro negro, o qual lhe ensejou, nos primórdios deste século, uma situação privilegiada e de destaque ante as demais regiões brasileiras” (Apud. BATISTA, 2006, p. 11).

### **Considerações finais**

A busca da elite intelectual em compor uma narrativa da região é também a busca por inseri-la no espaço nacional, garantindo-lhe a legitimidade, ativando o seu orgulho e apresentando a sua contribuição inteiramente particular. Isto tudo acontece num contexto maior de formulação de uma política nacionalista que envolve a participação de toda a burocracia extensiva também à atividade intelectual. Neste processo de busca por um significado da região, mais do que propriamente uma disputa entre intelectuais com tendências rivais, há um consenso de que a auréola de terra de promessa perdida com a debacle da borracha precisaria dar lugar a um novo mito fundador capaz de recuperar o passado e criar expectativa quanto ao futuro. O deslocamento principal operado pela intelligentsia manauara durante os anos Vargas sai de um terreno da exaltação da vida urbana e da presença liberal do estrangeiro, para uma busca pelo homem regional perdido nos sertões, encontrando-se aí o seringueiro encarnado pelo caboclo e o índio adaptável ao trabalho. O formato narrativo preferido deixou de ser a poesia simbolista e

migrou para a crônica social nos livros e jornais. O fortalecimento de grupos de jornais e expansão do mercado livreiro ampliaram o espaço de discussão sobre a composição étnica do homem regional e sobre o encaixe da história regional na história da nação. Assim, vai-se da cidade para o sertão, do europeu para o caboclo, da poesia simbolista à crônica social, de forma sincrônica àquilo que já é esboçado pela intelligentsia em São Paulo e Rio de Janeiro descritas por Sérgio Miceli (2001).

Ao mesmo tempo, a ampliação do mercado editorial torna a possibilidade da glória literária por meio do livro mais tangível. Nos anos 1930 há uma corrida pela publicação de livros, nos quais se busca definir sentidos sobre a região, estudá-la por meio de nomenclatura própria, resultado da ampliação do debate, da vinda de migrantes internos motivada pelo crescimento do aparelho central e pelas peregrinações de letrados, sobretudo médicos, nos sertões ainda pouco desbravados. As ideias que circulam na esfera pública indiciam, por um lado, ressentimento com relação ao poder central, alienado de uma das partes mais ricas do Brasil e, por outro, a tentativa de reativação do orgulho patente na busca pelos elementos étnicos e sociais regionais, produto da inspiração modernista e nacionalista. A expressão de Araújo Lima, "nem inferno, nem paraíso", indica esse olhar perquiridor para a terra fraudada, saqueada e agora esquecida, no meio da qual sobrevive o herói caboclo.

### Referências

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- A Palavra**, Manaus, 1932.



BATISTA, Djalma. "Letras na Amazônia", 1938. BATISTA, Djalma. **Amazônia**. Cultura e sociedade. Manaus: Valer, 2006.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BRAGA, Robério. **Titulares da Academia**. Ramayana Chevalier, Paulo Eleutherio, Huascar de Figueiredo. Manaus: Lourenço Braga, 1997.

CHEVALIER, Ramayana. **No Circo sem teto da Amazônia**. 1930. COSTA, Selva Vale. "Imagens da Amazônia. Ermano Stradelli". IN: BASTOS, Élida Rugai e PINTO, Renan Freitas. **Vozes da Amazônia**. (vol III). Manaus: Edua, 2016.

COSTA, S. V. Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. *In*: BASTOS, E. R.; PINTO, R. F. (Orgs.). **Vozes da Amazônia**: Investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Cultrix, 1975.

DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o 'Paiz das seringueiras'**. Rio de Janeiro: rio's Books, 2014.

FALCÃO, Charles Maciel. "Mário Ypiranga Monteiro e a relação entre jogo político e esfera cultural". IN: BASTOS, Élida Rugai e PINTO, Renan Freitas. **Vozes da Amazônia**. (vol II). Manaus: Valer, 2014.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2004.

JOBIM, Anísio. **A intelectualidade no Extremo Norte**, Manaus: Livraria Clássica, 1934.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MESQUITA, Carlos. **Glebarismo**. Manaus, s/ed, 1935.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p412>

- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MUNARO, Luís Francisco. **Rios de Palavras: A imprensa nas periferias da Amazônia**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.
- MUNARO, L. Lanterna Mágica: as Luzes no jornalismo de José Liberato (1813 - 1821). **Revista Observatório**, v. 1, n. 1, p. 103-122, 30 set. 2015.  
DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103>.
- MUNARO, L. Coronéis, jornais e a formação dos municípios no Amazonas. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 270-292, 8 out. 2018.  
DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p270>.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **O papagaio e o fonógrafo: os prosadores de ficção na Amazônia**. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2010.
- PINHEIRO, Aurélio. **À margem do Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Manaus: EDUA, 2015.
- RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Valer, 2008.
- REIS, Arthur César. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998 [1931].
- SILVA, Filipe Carreira. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Plataforma democrática**, 2001. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao\\_9362\\_em\\_06\\_06\\_2011\\_12\\_34\\_08.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_9362_em_06_06_2011_12_34_08.pdf)>. Acesso em: Abril 2019.
- VELLOSO, Monica. "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia Política**, 1997. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39298>. Acesso em Abril de 2019.